



Inovação, tecnologia e gestão de recursos mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde

Carlos Ferreira Couto*

P 53-77

1. O sequeiro

A ilha de Santiago foi a primeira do arquipélago de Cabo Verde a ser descoberta, em 1460, pelo navegador português Diogo Gomes. É a ilha com maior vocação para o trabalho agrícola e a que tem maior produção de bens desta natureza e a maior expressão do cultivo de sequeiro a nível nacional.¹

A agricultura foi sempre praticada em Santiago mesmo quando esta ilha adquiriu um importante estatuto de entreposto de escravos.² Segundo alguns autores, esta actividade estava condicionada por esse tipo de mão-de-obra e na sua generalidade nunca ultrapassou a mera esfera da subsistência. O sistema pecava por falta de terras, de inovação tecnológica e pela natureza do tipo de mão-de-obra e do sistema fundiário³. Privilegiando o crescimento do sector comercial, a política económica colonial determinou uma crónica baixa de produtividade agrícola e um incipiente mercado de exportação que as secas sucessivas haveriam ainda de agravar.

Segundo Emílio Moran⁴, a política colonial portuguesa não procurou soluções para desenvolver culturas mais adaptadas às condições locais. Os níveis de pluviosidade de Cabo Verde rondam, em média, os 250-375 mm compatíveis com a produção do sorgo (*Sorghum bicolor*) ou milho-miúdo (*Pennisetum typhoides*), mas muito aquém dos 600-900 mm exigidos para o milho. Moran considera o processo de colonização portuguesa como um processo de “portugalização” ao transplantar, tanto quanto possível e de uma forma generalizada, produtos familiarizados, isolando Cabo Verde do mundo agrário

* CEAUP

1 Cf. Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

2 PEREIRA, 1984.

3 PEREIRA, 1984: 25

4 MORAN, 1982.

saheliano. Para Moran, a reprodução de Portugal em Cabo Verde foi incentivada no seio da sociedade mestiça que sobrevalorizou os traços culturais europeus, e estes bloquearam a abertura para as raízes africanas, a fonte de conhecimentos úteis e relevantes no quotidiano do arquipélago. Entretanto alguns agrónomos sustentam que o “milho da terra”⁵ conseguiu ao longo do seu processo de adaptação, uma “plasticidade” que lhe confere uma resistência natural (genotípica) à seca, colocando o verdadeiro problema do claudicar precoce das plantas na extrema assimetria da repartição pluviométrica e não tanto na insuficiência de níveis de pluviosidade⁶.

Na agricultura de sequeiro (a actividade agrícola mais representativa em Santiago), o milho é a principal cultura, associada a outras culturas, como os feijões. Se bem que as chuvas condicionam as actividades deste tipo de cultivo, a sementeira geralmente inicia-se em Junho e vai até Outubro. Contudo Julho e Agosto são os meses de maior concentração das actividades relativas à sementeira e mondas. As rotinas mais comuns consistem na limpeza do terreno (“roça”) e nas aberturas de covas (“covacho”) onde são lançadas as sementes (geralmente quatro de milho e duas de feijão, conforme a zona) e depois cobertas com terra. Para evitar que o corvo ou a galinha-do-mato comam as sementes abrem-se covas que se entulham com as sementes e depois de novo abertas superficialmente para enganar as aves.

Depois das chuvas⁷ caírem seguem-se as “mondas” logo após a primeira fase do crescimento e que se podem repetir duas ou três vezes⁸ até à altura da colheita que vai de Novembro até Março, conforme os anos.

A actividade do cultivo de sequeiro tem uma importância crucial na produção de elementos que constituem a base alimentar dos camponeses como o milho e feijões, mas também na produção dos elementos que constituem a base alimentar dos animais como a palha. Do ponto de vista nutricional os feijões, para as populações mais pobres, são o substituto da carne ou peixe, na alimentação diária dos camponeses. Para além disso, o cultivo de sequeiro inicia o ciclo da organização das trocas recíprocas do trabalho, o *djunta-mô*, e da sociabilidade geradora de capital social para encontrar parcerias. Em certo sentido, o cultivo de sequeiro é o interruptor que dinamiza ou reactiva a estruturação social camponesa, tanto na componente de estruturação horizontal e igualitária que caracteriza o *djunta-mô*,⁹ como sua componente de estruturação vertical, “pela

5 O milho tem como origem provável a América Equatorial ou subtropical, introduzido na Europa com as Descobertas, nos finais do século XV. A sua introdução em Cabo Verde dá-se no século XVI com variedades trazidas das zonas costeiras do Brasil e do Rio de la Plata. Desde muito cedo, o milho sobrepõe-se aos “milhos miúdos” vindos do Continente africano e conhecidos pelas populações que os trouxeram para o arquipélago. Não obstante a capacidade de resistência do sorgo (*Sorghum bicolor*) e o *millet* ou painço (*Pennisetum typhoides*) aos estados de stress hídrico, segundo experiências realizadas em Cabo Verde sob registos de pluviometrias distribuídas assimetricamente ou ainda muito deficitárias (menos de 180 mm), o “milho da terra” conseguiu, ao longo do seu processo de adaptação, uma plasticidade que lhes confere uma resistência natural (genotípica) à seca, contudo, como refere um engenheiro agrónomo do I.N.I.A. “... mais que a insuficiência, a extrema assimetria da repartição pluviométrica é a responsável pelo claudicar precoce das plantas” (SILVA, 1992: 75).

6 SILVA, 1992: 75.

7 “O tempo de *azagua* é o tempo das chuvas (situação de monção) ou das primeiras chuvas. No céu formam-se nuvens, a humidade e a temperatura aumentam, ultrapassando os 30°”. É o período do ano em que o arquipélago se encontra sob a influência das calmas equatoriais e, apesar de se encontrar “no limite da chamada monção de sudoeste”, é a este fluxo que se fica a dever a chuva”. (CORREIA, 1996: 83)

8 Segundo A. Trigo de Abreu, existe em Santiago um calendário agrícola cujas operações exigem “... grandes quantidades de trabalho em períodos muito curtos e precisos”. Para Trigo de Abreu a gestão do trabalho agrícola enfrenta o problema de como reunir suficiente mão-de-obra para o trabalho da “monda” que absorve cerca de 50% das necessidades totais da cultura (v. ABREU, 1985: 85-106).

9 O “*djunta-mô*”, assim designado em Santiago, é ainda conhecido por “*junta-mô*” ou “*junta mão*”. Em S. Nicolau esta forma de cooperação no trabalho dá pelo nome de “*mão trocada*” e em Santo Antão designa-se por “*ganhar homens*”. (ver LOPES, 1984: 299). O *djunta-mô* é, de certo modo, uma “*tontine*”, que surge um pouco por toda a África, de carácter mutualista. No Congo estas *tontines* são designadas pelo termo (*kikongo*) de “*kitêmo*” que também podem designar as “*tontines*” de dinheiro que em Cabo

submissão e pela hierarquia”, que caracteriza aquilo que, em Santiago de Cabo Verde, se denomina de *djuda*.

No concelho de São Domingos, um agricultor pode viver em S. Francisco e ter campos de cultivo de sequeiro em Milho Branco. Sendo criador de alguns animais e fazendo regadio por alagamento (“reço”) na zona de residência em S. Francisco, o agricultor trabalha parcelas de cultivo de sequeiro, geralmente em terras do Estado cuja renda só é paga em caso de haver produção agrícola satisfatória. Outras vezes em terras de parceria, a *mea*, com divisão das colheitas entre o produtor e o proprietário do terreno. A parceria, proibida por decreto¹⁰, mantém-se e constitui a segunda forma de exploração mais usada a nível nacional. O concelho de S. Domingos, na ilha de Santiago, ultrapassa a média nacional de 21% das explorações agrícolas que utilizam a parceria como forma de exploração agrícola¹¹.

A estratégia de distribuição geográfica das parcelas de cultivo serve ainda o propósito de diminuir o risco derivado da distribuição irregular das chuvas na ilha. Perante este cenário surge como evidente que uma das estratégias de subsistência para o camponês santiaguense é assegurar uma boa colheita dos produtos de sequeiro, através da diversificação geográfica das parcelas de cultivo minimizando sempre o risco de uma má colheita. O cultivo nas terras do Estado, desde logo permite, em caso de não haver colheita, o não pagamento da renda e mesmo em terras de proprietário, em parceria, vale sempre a justificação do resultado final. Por outro lado a agricultura de sequeiro, o tempo da *azagua*, é a altura do ciclo produtivo que permite o acesso à mão-de-obra não assalariada através do *djunta-mô* e muito menos da *djuda*, trocas e reciprocidades de diferentes níveis e carácter, diferidas ao longo do tempo que medeia as sementeiras e as colheitas de um ano agrícola.

Um outro ponto a considerar é o que relaciona a actividade de sequeiro com a produção dos alimentos dos animais e que torna essa actividade incontornável para quem tem um número de animais relativamente elevado. Afinal os alimentos obtidos na produção de sequeiro são a garantia de futuros financeiros provenientes das poupanças investidas na compra dos animais. A palha obtida com a produção de sequeiro é deste modo crucial não só para a subsistência do agregado familiar mas também para a subsistência do sistema associado à criação dos animais que, no contexto santiaguense, quer dizer a lógica da produção de subsistências do mundo rural.

Por outro lado, as “frentes” de trabalho surgem como a única forma de acesso à moeda ou, pelo menos, a fonte principal desse recurso. A alimentação surge aqui como um factor fundamental para o acesso à mão-de-obra do *djunta-mô*. Para convidar os vizinhos é necessário algum poder financeiro para a alimentação dos convidados e sem esse poder não é possível integrar-se na rede de entajuda e reciprocidade do *djunta-mô*. Assim a categoria dos alimentos surge no mundo rural santiaguense como uma estratégia nuclear em toda a lógica das subsistências e essa categoria submete-se a um processo de co-evolução que acompanha as mudanças da estruturação social em resposta aos constrangimentos externos impostos pela engenharia social dos sucessivos projectos de desenvolvimento rural financiados pela ajuda alimentar monetarizada.

Verde tomam o nome de “toto-caixas”. Contudo, existem diferenças substanciais quanto ao conteúdo e mesmo quanto à forma se tivermos em conta que no Congo o termo *Kitêmo* engloba diversos fenómenos de mutualismo e reciprocidade. O “*djunta-mô*” (como o *kitêmo*) é um produto histórico geograficamente localizado. (ver MAYOUKOU, 1994).

¹⁰ A interdição da prática da parceria deu-se com a Lei de Arrendamento de Maio de 1967 e depois reconfirmada com a Lei de Base da Reforma Agrária. Contudo, subsistem formas de subparceria e subarrendamentos (FINAN, BELKNAP, 1984: 21; e ainda FURTADO, 1993: 117-121).

¹¹ Cf. Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 – Dados Globais, 2005

Quadro 1: Explorações de cultivo que utilizam *djuda* e *djunta-mô*

Regime	Ilha / Concelho	Expl.	Tipo de mão-de-obra utilizada							
			<i>Djunta-mô</i>				<i>Djuda</i>			
			Homem		Mulher		Homem		Mulher	
			nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sequeio	Cabo Verde	33 895	16 630	49,1	15 846	46,8	1 947	5,7	1 700	5
	Santiago	20 393	14 308	70,2	14 879	73	1 274	6,2	1 270	6
	S. Domingos	1 869	1 100	58,9	1 096	58,6	121	6,5	110	6
Regadio	Cabo Verde	7 593	1 115	14,7	394	5,2	249	3,3	88	1,2
	Santiago	4 069	956	23,5	378	9,3	195	4,8	80	2
	S. Domingos	331	76	23	49	14,8	35	10,6	17	5,1

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

O *djunta-mô* tem vindo a regredir¹² e isto consiste no fenómeno de co-evolução entre as componentes da estruturação social camponesa e os processos de desagrarização e de monetarização do quotidiano camponês. O projecto e o seu *leitmotiv*, as frentes de trabalho, induzem a sociedade camponesa a um “reajuste” na conexão que estabelece entre os elementos e entre os subsistemas, de forma que as expectativas dos actores se ajustem ao ciclo da reprodução. A descapitalização das famílias em períodos cruciais do ciclo reprodutivo, fortemente condicionado pelas condições climáticas e míngua de recursos, impede a articulação das estratégias de subsistências com a matriz de reprodução social típica e do fundamento da sua estruturação, a reciprocidade. Esta matriz que adquire substância na prática do *djunta-mô* e da *djuda*, do ponto de vista co-evolutivo sugerem uma forte plasticidade mas nem sempre se concretiza e progressivamente vem sendo objecto de erosão pela absoluta incapacidade das famílias responderem às exigências mínimas dessa reprodução. Mesmo a *djuda*, entre familiares, cada vez mais exige uma compensação diferida no tempo, monetária ou não.

Um agricultor nos tempos livres pode ajudar um seu irmão e entre eles haver a prática de favores mútuos, mas com o recurso frequente à moeda, que se generalizou com a transformação da dieta tradicional, obriga os camponeses a um uso cada vez mais diário da

¹² Cf. COUTO, 2001: 147-148.

moeda no acesso aos recursos básicos da subsistência. A mudança do regime alimentar surge como efeito dominó na estruturação social camponesa assente na cooperação dos trabalhos agrícolas, na estruturação igualitária que caracteriza o *djunta-mô* e na estruturação vertical “caracterizada pela submissão e pela hierarquia”¹³ que constitui aquilo que na sociedade santiaguense se denomina de *djuda*.

No sequeiro cultiva-se milho, “congo”, os feijões *sapatinha*¹⁴, *bonje*¹⁵ e *bongolon*¹⁶, farinha e *mancarra*¹⁷ (amendoim). Junto à habitação planta-se o tabaco que depois de trancado é vendido aos palmos. O milho é para comer e a *mancarra* vende-se no mercado. A produção agrícola em Cabo Verde é muito deficitária (cerca de 10% das necessidades alimentares em cereais) e ao longo dos anos decrescem os valores da produção sendo de destacar uma crónica baixa produção do “congo” e a redução contínua da produção de mandioca cujos preços na actualidade a afastam cada vez mais do prato do camponês santiaguense. Não só estes produtos mas também os feijões e o milho manifestam acentuadas baixas de produção desde 1987 como podemos constatar com a leitura do seguinte quadro:

Quadro 2: Evolução da produção do cultivo de milho, feijões e mandioca

Ano	Milho			Feijão congo			Outros feijões			Mandioca		
	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o
1987	34 882	21 182	608	7 027	4 228	571	32 621	9 753	299	-	6 200	-
1988	34 256	16 507	482	11 161	2 265	203	31 679	9 806	310	-	5 700	-
1989	35 480	9 714	273	17 691	223	13	30 279	1 601	53	133	-	-
1990	34 124	11 418	335	16 662	430	26	29 162	3 074	105	167	5 000	-
1991	32 655	8 258	253	17 207	0	0	28 138	2 217	79	-	3 400	-
1992	33 975	10 265	302	11 376	115	10	28 734	3 182	111	33	1 500	-
1993	33 105	11 888	359	10 925	127	12	27 586	1 795	65	41	1 900	-
1994	32 612	3 163	97	11 504	0	0	28 043	137	5	40	1 500	-
1995	31 066	8 166	263	9 685	558	58	27 080	1 808	67	-	3 200	-
1996	32 197	1 304	41	9 084	0	0	27 604	58	2	180	3 060	-

Fonte: Divisão de Estatísticas Sectoriais, GEP/MAAA.

13 V. SEGURADO, 1983: 67.

14 *Phaseolus lunatus* L.

15 *Phaseolus lunatus* L.

16 *Vigna unguiculata* (L.) Walp.

17 *Arachis hypogatea* L.

O tabaco é reservado em parte para o consumo próprio mas os “palmos” trançados são vendidos ocasionalmente para fazer face a algumas despesas diárias. Cultivado em pequenos quintais, o agricultor pode tirar do “quintalinho”, mais de vinte “varas” de tabaco. Uma “vara” tem cinco “palmos”, um metro e dez centímetros, aproximadamente. Um palmo pode ser vendido no local (na habitação do agricultor) por 500 ECV.

Enquanto a produção do milho e feijões é geralmente dirigida para o consumo da casa a de *mancarra* e tabaco, sempre em pequenas quantidades, pode e geralmente é vendida ao longo de vários meses. A venda do tabaco serve para custear despesas com a escola ou constituir um pequeno fundo de maneio para despesas com a água e produtos alimentares comprados na loja.

A agricultura de sequeiro fornece ainda o feijão “congo”. O “congo” dá raramente palha para a vaca e a cabra, dada a sua fraca produção. A palha mais apreciada é a *djê-djê* (*digitaria horizontalis*) mas qualquer possibilidade é sempre uma importante estratégia de obter uma alimentação mais barata dos animais ou mesmo até vender a palha para suportar um pequeno fundo de maneio na época de menor produção, ou tentando vender a criadores de gado de zonas menos afortunadas com chuvas, num ou outro ano.

A venda esporádica dos produtos do sequeiro¹⁸ adquire uma importância vital não pela quantidade de moeda que se obtém mas porque pequenas quantias disponíveis em momentos cruciais. O fundo de maneio mesmo que reduzido permite diminuir a incerteza quanto à capacidade de aceder a um bem fundamental numa ocasião crítica e, por isso, disponível no momento certo, *just in time*, no tempo curto. A venda esporádica de produtos de sequeiro pode constituir como um elemento de redundância no sistema da produção das subsistências do camponês.

2. A horta: o “rego” e o “gota-a-gota”

A cana-de-açúcar é o produto de maior importância da agricultura de regadio por alagamento (“rego”) que tradicionalmente se vem praticando na ilha de Santiago. O “rego” e a cana-de-açúcar estão intimamente ligados ao “trapiche” assente nas infra-estruturas que permitem a produção do grogue e mel.

O regadio tradicional pode combinar vários produtos agrícolas, sendo as associações de produtos mais frequentes a cana, o milho, a mandioca e a banana, batata-doce e fruteiras. A batata comum, o tomate, a cebola e o repolho são ainda produtos cada vez mais integrados no sistema de regadio tradicional da ilha de Santiago. Contudo, nos últimos anos verifica-se um incremento do sistema gota-a-gota ou micro irrigação, lento a nível nacional, mas com casos muito acima da média, como é o de S. Domingos, concelho onde mais de quarenta por cento das parcelas são micro irrigadas, como podemos constatar na leitura do seguinte quadro:

¹⁸ O Recenseamento Agrícola de 1988 estimava que, das 31.916 explorações registadas, somente 6383 (20%) declararam vender um ou mais produtos cultivados, sendo a maior parte desses produtos vendidos provenientes de culturas irrigadas. Para o Concelho de S. Domingos a cifra subia para 30% das explorações. Esta realidade nacional, poderá, em parte, ser devedora da precariedade do escoamento de produtos, insuficiência da rede de estradas e os inconvenientes da geomorfologia das ilhas agrícolas (Santiago e Santo Antão são ilhas montanhosas), por um lado e, por outro, da própria insularidade e das flutuações dos preços agrícolas (“dumping”, etc.) que aumentam o risco na produção. Ver CABO VERDE, *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1991-1995*, vol. I, Praia, 1992: 74.

Quadro 3: Parcelas de regadio segundo o tipo de rega

Ilha / Concelho	Total		Tipo de Rega							
			Alagamento		Gota a gota		Alagamento e gota a gota		Outros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Cabo Verde	11 858	100	10 175	85,8	942	7,9	453	3,8	288	2,4
Santiago	5 290	100	4 314	81,6	571	10,8	217	4,1	188	3,6
S. Domingos	437	100	181	41,4	182	41,6	61	14	13	3

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

O sistema de regadio tradicional, preponderante em todo o arquipélago, configura um enquadramento no qual os agentes económicos sobrevalorizam a importância de culturas como a cana e o milho ou a mandioca tendo em conta o elemento fundamental da reprodução ou seja, os “alimentos” tanto dos homens como dos animais. As estratégias dos agricultores mais pobres seleccionam as práticas mais costumeiras e menos exigentes em capital.

A palha originária do “rego” é muito apreciada pelos animais como a *djê-djê* e a «pega saia» que desaparecem gradualmente com a massificação da micro irrigação. Assim, o rego subsiste como uma actividade enquadrada num saber fazer e num estatuto socio-económico do agricultor que se opõe ao saber fazer do sistema “gota-a-gota” que não produz a alimentação dos animais.

Actualmente são os mais velhos, maioritários na posse das terras de regadio, que ainda continuam a preferir o cultivo da cana associada com milho ou mandioca. Estes quando atingem uma idade avançada e os seus filhos saem de casa para se casarem, geralmente arrendam suas parcelas a agricultores mais novos, seus vizinhos.

Para alguns agricultores o facto de os mais velhos não fazerem o sistema de «gota-a-gota» é sinal de «fraqueza», isto é, porque não têm «troco» (dinheiro) para o tanque: É “fraqueza” de “troco”. Essa “fraqueza” não toca só os rendeiros ou parceiros, mas também os proprietários. Por outro lado, na horta, tradicionalmente, não há cooperação¹⁹ no tra-

¹⁹ Na zona de São domingos as parcelas de regadio não são trabalhadas com o recurso ao *djunta-mô* ou cooperação alargada mas sim com o recurso ao trabalho individual (assalariado ou não) ou à cooperação restrita (*djuda*). Aliás, J. Segurado no seu estudo sobre o Serelho, observa que “... o princípio de junta-mão nunca foi, segundo os informadores, empregue para os trabalhos de regadio” (*op. cit.*, 66) e até na colheita do café, em tempos mais longínquos, aos amigos e vizinhos que se juntavam para a colheita dos bagos lhes era oferecido um *gazadjo* (agasalho) que consistia numa pequena porção de café sem, contudo, existir qualquer reciprocidade directa em trabalho. Na zona de São Domingos acontece uma situação similar relativamente à produção do “grogue” e do mel. O proprietário do “trapiche” cultiva e compra cana para fazer a aguardente. Alguns vizinhos e amigos poderão aparecer para ajudar, numa manhã ou numa tarde, recebendo algum grogue do proprietário do “trapiche”. Por outro lado, os agricultores que produzem cana alugam o “trapiche”, pagando a “quinta” ao proprietário, ou seja, em 20 litros de “grogue” produzido dão 4 litros ao dono do “trapiche”. Na altura do corte da cana a procura da mão-de-obra aumenta consideravelmente e é nesta altura que poderá surgir no seio da comunidade a coexistência de várias formas de cooperação entre as unidades de produção, acentuando de certa forma a complexidade das categorias de *djuda* e *djunta-mô* que J. Segurado havia observado no seu estudo sobre o Serelho. A natureza polissémica da categoria *djunta-mô* leva alguns agricultores a referirem a existência de *djunta-mô* no corte da cana. Contudo, quando os agricultores expõem em pormenor as formas de engajamento da mão-de-obra para aquela operação agrícola, a questão da reciprocidade das prestações de trabalho não surge como pertinente e constante. O “grogue” surge como um elemento que substitui a contraprestação e a obrigatoriedade de retribuir a disponibilidade para o trabalho no campo do parceiro.

balho, aumentando a despesa com os salários. Trata-se da disponibilidade para fazer despesa em dinheiro. O difícil acesso à moeda introduz um nível elevado de incerteza. No sistema tradicional de regadio é estabelecida uma ordem entre os diferentes subsistemas e elementos que passa pela alimentação, pela criação de animais e pela produção de grogue. O produtor de cana proprietário de “trapiche” representa o protótipo do agricultor do “rego”, geralmente mais velho da comunidade com abundantes recursos em terras e animais e que frequentemente constituem-se como líderes dessas próprias comunidades, os “morgados”. Os “trapiches” espalham-se na sua quase totalidade pelas ilhas de Santo Antão (com 209 explorações a praticarem esta actividade) e Santiago, onde 155 explorações declararam praticar a actividade como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro 4: Explorações agrícolas com actividade do “trapiche”

		Cabo Verde	Santiago	S. Domingos
Total das explorações agrícolas	nº	44.450	24.625	2.132
	%	100	100	100
Explorações c/ actividade do trapiche	nº	383	155	10
	%	0,9	0,6	0,5

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Muitos dos “morgados” proprietários de “trapiches” diversificam as zonas onde possuem diversas parcelas de forma a minimizarem o risco do comportamento errático das chuvas e maximizarem o número de horas de águas a que têm acesso pelo “calendário” de diferentes zonas. Estes agricultores mais velhos, produtores de cana, dizem-se conhecedores de botânica²⁰ e das plantas através da leitura do “Lunário Perpétuo”. Este livro²¹ do século XIX é transmitido de pais para filhos, de avós para netos ou sobrinhos e não pretende esclarecer os leitores somente sobre assuntos da agricultura mas de todos os outros que se ligam ao quotidiano do camponês e do ciclo anual da reprodução. Estes leitores do “Lunário” são agricultores com a instrução primária, considerados cultos pelos seus vizinhos que recorrem a eles para pedir conselhos sobre situações do presente e do futuro.

O sistema do “rego”, e as perspectivas mentais que o representam, têm sido alvo das múltiplas intervenções, nos últimos dez anos, financiadas pela Ajuda Internacional e mediadas pelas estruturas do Estado e ONG’s nacionais e internacionais. Estas intervenções acompanham o fenómeno da tentativa de massificação do sistema “gota-a-gota” na ilha de Santiago.

20 v. COUTO, 2007 (mimeo): 173-177

21 CÓRTEZ, s.d



A tentativa de estipular a área de cultivo da cana por cada agricultor e depois o preço da água de modo a desincentivar esse cultivo torna-se difícil seja porque a dispersão da cana se deva ao pequeno número de parcelas de regadio no contexto da ilha ou à estratégia de diversificação geográfica das parcelas de modo a aumentar o acesso ao factor água dentro de um outro “calendário” de distribuição da água de rega. Os intervalos de rega, dentro do “calendário”, superiores a quinze dias por mês, impedem o cultivador do “rego” optar pela micro irrigação que exige intervalos de rega bem inferiores.

As parcelas de cultivo localizadas fora da área de residência dos agricultores e o difícil acesso às zonas de cultivo constituem outros factores de resistência por parte dos cultivadores da cana. Na zona de Pico Leão e Chuva Chove, ambas na freguesia de S. João Baptista, onde a água é relativamente abundante, existem casos de cultivadores de cana que não optam pela instalação do sistema “gota-a-gota” pelo facto de não residirem na zona de Pico Leão.

Se optassem pelo “gota-a-gota” teriam que visitar as parcelas mais frequentemente, o que implicava custos de transporte e tempo dispendido dado o difícil acesso à zona de Pico Leão, no interior da ilha. Assim muitos agricultores depois de construírem o tanque de água, com a ajuda do projecto para iniciar a instalação do “gota-a-gota”, acabam por continuar o cultivo da cana.

Se bem que a produção de aguardente de açúcar (e não de cana) tenha vindo a aumentar ultimamente e o fenómeno da micro irrigação se tenha expandido para as diversas zonas da ilha, o cultivo da cana tem persistido principalmente nas zonas do interior e difícil acesso com estruturas do “trapiche” de tracção animal²².

²² Para além destes existem os trapiches mecânicos como o da Cidade Velha que, contudo, exigem elevados custos para o transporte da cana até o local onde é espremida.

Quadro 5: Tipo de equipamentos agrícolas

Ilha/Concelho	Tipo de Equipamento								
	Fertilizador	Filtro areia	Filtro discos	Trapiche animal	Trapiche motor	Trapiche eléctrico	Alambique	Pipas	Cobre
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Cabo Verde	225	279	409	218	331	35	374	7 415	906
Santiago	165	214	235	162	128	10	191	3 021	413
S.Domingos	55	89	106	10	3	1	9	514	38

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Muitos agricultores do “rego” começam a cultivar produtos hortícolas como o repolho e o tomate, juntamente com a cana, para uso da casa ou para vender esporadicamente. Outros, ainda, rendem-se ao sucesso de um ou outro vizinho que faz o “gota-a-gota” e à constatação, ao longo do tempo, das produções obtidas pelo “gota-a-gota” de três em três meses ou de quatro em quatro meses. Perante a verificação de que outras culturas, que não a cana e a mandioca, são mais rentáveis, como é o exemplo das hortícolas, os proprietários e cultivadores do “rego”, gradualmente e com o avançar da idade, cedem parcelas de regadio aos filhos ou arrendam a vizinhos para a instalação do “gota-a-gota”. Contudo, os mais velhos sempre resistem à tentação.

Um dos entraves que surgem como instigadores da resistência da produção de cana em detrimento do cultivo de hortícolas é o uso de químicos para o combate às pragas que atacam as espécies cultivadas no “gota-a-gota”. Os cultivadores do rego não só tentam evitar a despesa que poderiam fazer na compra desses medicamentos, o “castigo” de que falam os proprietários de “trapiche” e cultivadores de cana mais velhos, mas também porque, afinal, trata-se de uma nova sabedoria, a nova “Escola de Botânica” que exige outros conhecimentos. A complexidade do uso dos “medicamentos” coloca o velho cultivador de cana numa posição de inferioridade relativamente aos seus filhos, netos e sobrinhos, e aos vizinhos mais novos.

Assim, o que está em causa é a inter-relação ou interdependência dos elementos do sub-sistema “rego” e não só crenças subjectivas que os agricultores mais velhos possam ter. Até porque essas crenças vêm sendo enfraquecidas pela acção dos animadores rurais nas diversas zonas agrícolas da ilha.

Um exemplo que ilustra a erosão das crenças dos agricultores mais velhos, com a introdução das culturas hortícolas nas povoações do interior foi o que se passou em Pico Leão durante as actividades no âmbito do Projecto de Luta Contra a Desertificação na Freguesia de S. João Baptista. Os técnicos e os animadores rurais que actuavam na zona de Pico Leão enfrentavam a crença de muitos cultivadores, principalmente da zona de Santana, de que as hortícolas eram impossíveis de se reproduzirem por causa do vento forte que

regularmente sopra em todo o vale. Em 1994, o técnico e os animadores do DGASP iniciaram o contacto com os agricultores de Pico Leão e Chuva Chove, falando com eles nas suas parcelas de cultivo e incentivando-os a fazerem mudanças nas culturas e rotação dos terrenos. Um outro objectivo da equipa de animação rural era convencer os agricultores a substituírem uma parte da cana por repolho ou cebola. Na zona de Santana, povoação próxima de Pico Leão e Chuva Chove, os agricultores mais velhos afirmavam que em Pico Leão havia muito vento e que não deixava produzir hortícolas. O técnico, engenheiro agrónomo, de um país continental saheliano, disse-lhes: “- Não. Dá sim e vamos fazer uma experiência”. O técnico pediu emprestado uma pequena parcela de cultivo a um agricultor de Pico Leão para fazer a experiência de uma produção de cebola. Mandou aplanar o terreno, fez uma boa preparação do terreno e trouxe “borbilhos” de cebola, fazendo a sementeira. A produção foi inédita para os cultivadores locais e, na altura da colheita, o técnico fez a medida das áreas e com uma balança pesou cebola colhida na parcela. Quando os agricultores mais velhos assistiram às tarefas de pesagem disseram: “- Pronto, vento às vezes estraga mas desta vez deu. A sua [do técnico] cebola dá muito.” Ao que o técnico respondeu: “-Não, não é a minha cebola que dá muito. Todos temos que fazer a experiência.”²³

A partir desse momento, dois casos de jovens agricultores, com a ajuda do projecto, iniciaram a instalação do sistema “gota-a-gota” e os produtores do “rego” [cana] locais começaram a dedicar uma pequena parte das suas parcelas ao repolho e às cebolas que, até aquela altura, nunca havia sido feito na zona. Contudo a produção de cana no “rego” continuou a ser produzida pelos cultivadores mais velhos.

A técnica utilizada pelos animadores consistia em mostrar aos agricultores o que na prática é possível fazer escolhendo rigorosamente uma pequena parcela de demonstração bem localizada e com fortes probabilidades de ser bem sucedida. Esta parcela era utilizada como a “montra” das crenças dos técnicos e animadores rurais que com uma boa produção funcionava como antídoto das crenças dos agricultores de Santana e dos mais velhos de Pico Leão e Chuva Chove.

Durante as diferentes fases da produção da parcela os animadores rurais convidavam os agricultores a virem à parcela ver como se fazia. A parcela junto a outras parcelas de cultivo tradicional era escolhida entre aquelas que tinham qualidades mínimas para o sucesso da produção e se localizassem “quase no caminho das pessoas” para que fosse visível por todos. Depois dessas experiências só dois ou três casos avançaram com a produção de hortícolas e todos eles com menos de quarenta anos, havendo um caso com instalação do sistema “gota-a-gota” e com relativo sucesso. Estes novos agricultores de Pico Leão fizeram parcerias intrafamiliares, isto é, irmãos que juntaram suas parcelas para o cultivo de hortícolas e tiveram a possibilidade de encontrar água nas suas parcelas. A ajuda de projecto com a construção de um tanque também foi crucial. Contudo, na zona, a cana-de-açúcar continua a dominar, surgindo agora no “rego” uma pequena área de repolho, cebola ou outra hortícola para consumo esporádico ou troca, “para comer ou oferecer ao primo que vem do outro lado”²⁴.

A micro irrigação vem se desenvolvendo nos últimos anos com a acção dos projectos financiados pelos países doadores da ajuda internacional, em particular destaque para a Holanda nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Estima-se que a introdução dos sis-

²³ Cf. COUTO, 2007: 180

²⁴ V. COUTO, 2007: 179-182

temas de irrigação “gota-a-gota” (sistemas T-Tape) permitiram realizar economias de 40 a 50% de água relativamente à irrigação por alagamento, o sistema tradicional. São vários os problemas que se colocam aos agricultores para aderirem ao sistema “gota-a-gota”, a plataforma possível para a inovação da comunidade/sociedade rural santiaguense. A falta de recursos financeiros ou descapitalização dos agregados familiares é um dos grandes obstáculos conjugados com a falta de apoio técnico, e a resistência dos agricultores mais velhos são os factores referidos pelos técnicos e fornecedores de factores de produção ou lojistas da cidade da Praia²⁵. Estes comerciantes quando querem divulgar o sistema “gota-a-gota” junto dos agricultores, fazem uma parcela demonstrativa e tentam motivar os agricultores para iniciarem a micro irrigação nas suas parcelas. Contudo encontram sempre obstáculos e dificuldades da parte dos agricultores mais velhos, que possuem as terras de regadio mas que, por outro lado, exigem mais capital de confiança para aderirem ao sistema.

O problema, para além da falta de apoio, é a falta de recursos monetários e a grande resistência dos mais velhos. Depois o investimento tem de começar com a construção de um depósito de água, geralmente financiado a fundo perdido para quem tem apoio em um projecto, e ter acesso à água do “calendário”. O reservatório é crucial para assegurar as produções no caso de avaria da moto-bomba, ou aceder a água precipitada das chuvas ou ainda para quando se tem horas do “calendário” à noite. De todas as formas o reservatório possibilita uma irrigação mais regular²⁶. Para as águas de menor qualidade é necessário, ainda, um filtro.



10

²⁵ Ver (Anexo nº 14)COUTO, 2007.

²⁶ Ver FAO, *Cap Vert*, Project GCP/CV1/036/NET.

Um outro problema é o das doenças²⁷ e das pragas que atacam as plantas, como os insetos²⁸, os ácaros e os fungos que exigem químicos diversos. Os agricultores, mal informados, utilizam os mesmos químicos para atacar diferentes pragas, por falta de recursos ou, por vezes, por mera teimosia ou fruto de crenças pessoais. Os produtos são escolhidos pela rapidez da acção (o que não faz efeito hoje, também não o fará amanhã) vencendo a lógica do imediatismo.

O produto biológico *Bacillus Thuringiensis*²⁹ vulgarmente conhecido com o nome comercial de “Delfin” ou “Dipel” actua por contacto e os camponeses não acreditam muito na sua eficácia pois não mata de imediato a praga, preferindo eles os químicos mais rápidos a actuar. O “Dipel” veio recentemente substituir o “Delfin” e dado ser um produto novo teve grande adesão. Contudo, na Achada Baleia já se notava alguma resistência dos horticultores a usarem o “Dipel” pois consideravam que a sua actuação não era muito eficaz. Muitas das crenças dos horticultores motivavam a mistura de medicamentos pois deste modo acreditavam ser mais eficaz a acção do produto. Segundo os técnicos e extensionistas da zona, esta prática e a tendência dos horticultores a exagerarem nas quantidades dos produtos usados origina uma maior resistência das “pragas”. A nova geração de produtos que actua selectivamente as pragas não se ajusta à atitude redutora e imediatista do horticultor cujas crenças determinam o seu comportamento.

A agravar a situação, surgia como frequente o desajustamento dos prazos do tratamento que era ou muito cedo ou muito tarde, prolongando-se por altura das colheitas. As doses excessivas são frequentes, produzindo-se crenças pessoais sobre a eficácia de produtos obsoletos misturados com outras substâncias e contrariando os conselhos dos técnicos. Se bem que os agricultores já conheçam os nomes das pragas, muitos chegam às lojas com a “folha da planta atacada pelo bicho”³⁰. Os agricultores que não estão enquadrados em projectos “desacreditam” nas doses a aplicar. Cada praga ou doença tem, por legislação, um ou dois produtos prescritos, mas os agricultores misturam os produtos, aumentando a dose e a frequência. A dose era por vezes duplicada assim como a frequência semanal da aplicação. Por outro lado, o *stock* de químicos homologados no país era tão insuficiente que não permitia a alternância de produtos sendo acentuada a falta de acaricidas. Estimava-se no ano de 2000 uma quinzena de pesticidas autorizados e uma insuficiente actualização das moléculas utilizadas³¹. A agravar a situação surgiam os problemas de armazenagem dos químicos com *stocks* insuficientes e prazos de validade ultrapassados³². Quando se verificam as rupturas de *stocks*, para importar os produtos é necessária autorização ministerial. As encomendas dos produtos são calculadas por prazos superiores a um mês, impondo-se atrasos de burocracia.

27 Ver (Anexo nº 15). COUTO, Carlos Ferreira, 2007

28 “ Temos a “tartaruga” [*nezara viridula*] . a “tartaruga” desaparecia e ia para o mar ou para as rochas. Mas com a acácia ela fica. Mora na acácia. Até aparecer outra fica lá...A “tartaruga” persegue todas as plantas...A laranja não. A “tartaruga” ataca a mandioca das folhas à raiz. Quando sai da acácia e ataca o *bongolom* não fica uma fava...tenho encontrado no mar e as rochas a “tartaruga”. Quando eu disse a um técnico do Fogo isto ele pegou num papel, escreveu e meteu no bolso...A “tartaruga” é que ataca mais e até o cheiro dela...Em Setembro começa o *bongolom*. Chegando esse bicho, olha deixa de produzir. Ataca *bonge* e até a “mancarra” ...O medicamento às vezes dá mas é insuficiente. Para o gafanhoto que também é provocante...É insuficiente e às vezes quando tomam medidas já é fora do tempo.” (agricultor de Mendes Faleiro Rendeiro - Diário de Campo).

29 Ver (Anexo nº 18) COUTO, 2007.

30 Muitos agricultores chegam às lojas pedindo remédio para o repolho mas não sabem dizer o nome comercial do produto. Nesta situação recorrem aos animadores rurais da zona para que lhes escrevam num papel os nomes desconhecidos da taxonomia utilizada.

31 Ver FAO, 2000: 6 e 26

32 « Il y a eu à plusieurs reprises une insistance pour accélérer l’importation de nouveaux pesticides. Le gouvernement du Cap Vert a continué avec grande prudence l’autorisation d’une telle importation sans gêner le développement du secteur (6 pesticides ont été acceptés provisoirement dans la période de la troisième phase). La prudence s’impose si on considère qu’actuellement il y a plus de 42 TM de pesticides qui sont obsolètes ; la destruction de ces pesticides ne peut pas se faire au Cap Vert et coûterait environ US \$ 160 000 ! » (FAO, 2000).

Em 2001, as encomendas dos insecticidas “Lebaycid” (*Fenthion*) e “Dipel” foram atrasados com as mudanças eleitorais e a demora na obtenção da declaração do DGASP que sugere mais uma vez o peso da burocracia na morosidade do trabalho da alfândega, do despachante e da obtenção do crédito (divisas) para a importação dos produtos. Por tudo isto acontecia que a reposição dos *stocks* era feita à justa, havendo ainda a ponderar a demora ou dificuldade por parte dos agricultores em obter crédito junto da Caixa Económica para a compra na loja. Entretanto a ruptura de *stocks* ganha outras dimensões. Assim, nas lojas da cidade da Praia podiam-se encontrar moto-bombas de diferentes marcas como a “Lister”, a “Kobota”, a “Yamaha”, a “Honda”, a “Bernard” e uma outra de marca alemã. Quando as peças do motor avariavam os agricultores ficam paralisados nas suas hortas esperando dias a fio pela substituição da peça e quando conseguem juntar o dinheiro para o arranjo do motor a longa demora levou o dinheiro reservado para a peça. A falibilidade das moto-bombas é o problema mais referido pelos horticultores santiagoenses, mais do que a salinidade das parcelas de cultivo³³. A fase de vulgarização e massificação da produção hortícola em Cabo Verde deu-se no âmbito do Projecto de Desenvolvimento do Sector Hortícola (Fase III) com financiamento da cooperação holandesa e executado pela FAO ao longo do período que medeia Julho de 1997 e Junho de 2000. Dois projectos anteriores haviam iniciado as actividades no sector sem interrupção a partir de 1990³⁴. A terceira fase do desenvolvimento do sector hortícola consistiu na formação de aproximadamente 1500 horticultores onde as mulheres constituíam cerca de 35% do total. Cerca de 220 explorações piloto, por todo o país, foram enquadradas e parcialmente equipadas com material de irrigação. A avaliação do projecto estimava, a nível nacional, a passagem de 37 ha para 199 ha de superfícies de cultivo com sistema “gota-a-gota” e “... só a ausência de um sistema de crédito agrícola impediu em grande parte de ir mais longe...”³⁵ O crédito ajustado às necessidades e particularidades dos agricultores era (assim como a integração dos resultados da pesquisa no INIDA³⁶ e a assistência técnica a algumas ilhas) recomendado.



11

33 Ver FAO, Project GCP/CVI/036/NET.

34 Ver FAO, 2000.

35 Ver FAO, 2000

36 Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola.

O problema dos horticultores era o preço do tomate. Se no ano passado havia vendido a 180 ECV o quilograma no ano seguinte estava a 50 ECV/kg. Os horticultores vendem também para as outras ilhas como Sal e S. Vicente, mas se vendem maduro quando o produto lá chega está estragado, e se o barco, de dois em dois dias, não está disponível, o avião, como alternativa de transporte, é muito caro. No entanto para os horticultores que não possuem parcelas de regadio e têm de recorrer à parceria os problemas agravam-se. Assim na zona de Achada Baleia os horticultores que trabalhavam em parceria, fora do sistema “gota-a-gota” tinham que entregar um terço dos resultados da actividade ao proprietário cabendo a si todas as despesas inerentes ao processo de produção (medicamentos, horas de água, etc.). Estes horticultores, geralmente jovens, que não fazem micro irrigação, encontram-se na periferia da plataforma inovativa, trabalhando pequenas parcelas (menos de um litro), desconhecendo pormenores técnicos, mas tentando sempre conseguir concretizar o investimento inicial para a implementação do sistema “gota-a-gota” e entrarem no círculo dos produtores deste sistema que acedem a linhas de crédito, a acções de formação e ao “projecto” ou apoio técnico dos extensionistas com mais facilidade. Entregues a si próprios estes horticultores acabam por enfrentar o problema da nova “ciência”, e o risco da perda do investimento feito na compra de água e “medicamentos” para as plantas.

Se bem que a nova “ciência” seja apelativa para os jovens horticultores que usam ainda o sistema de “alagamento” por incapacidade financeira para comprar o “cabeçal” do sistema “gota-a-gota”, ela exige conhecimentos técnicos e uma nova cultura de trabalho onde a dimensão do tempo torna-se crucial para a emergência de novas crenças.

A percepção de que o sistema “gota-a-gota” dá mais resultado em termos económico é evidente, quando é sublinhado que o novo sistema de cultivo produz, em muito menos tempo, colheitas que exigem muito menos água. Para além disso existe uma percepção estética do campo, quando o horticultor se refere ao campo de cana como uma coisa que era bonito. Por outro lado, a associação quantidade de água utilizada na rega e quantidade de produção continua como fundamento das crenças que sustentaram a mais-valia do “rego”. Constituído como uma nova ciência, o sistema “gota-a-gota” introduz mudanças estruturais muito relevantes nas perspectivas mentais dos horticultores que sempre criam pequenos rebanhos de cabras e possuem dois ou três bovinos. Um dos elementos estruturais do antigo sistema (o “rego”) é posto em causa. Falamos da palha como “alimento” para os animais principalmente bovinos, mas que também pode ser vendida na ausência dos bovinos.

Em Tinca (ilha de Santiago, concelho de Milho Branco) os animais pastam no montado livremente sem pastor, constituindo a única fonte de palha da zona tendo em conta a proliferação das “instalações” de “gota-a-gota”. Uma outra forma de aceder à palha é através da compra e substituição por rações no caso dos bovinos. Mas nas zonas sem montado, onde o gado tem um espaço restrito no meio de parcelas de cultivo, o problema da palha é mais notório principalmente nas épocas ou anos de fraca produção de palha que origina grandes despesas por parte dos agregados familiares, em palha para alimentar os animais.

3. O sentido prático do saber

Nas comunidades ou povoações fortemente intervencionadas pelos projectos e programas financiados pela ajuda ao desenvolvimento internacional, os camponeses e agricultores sustentam crenças eivadas das lições dos técnicos e animadores rurais. Os camponeses aprendem com os técnicos não aquilo que os técnicos sobretudo dizem mas aquilo que apesar, dizem. Em certo sentido o actor social e agente económico que é o camponês, comporta-se como um sistema ávido de conhecer novas coisas que até ali não conhecia, mas aprendendo do mesmo modo de sempre. Por isso, nas diferentes comunidades rurais de Santiago encontramos agricultores mais experientes e mais velhos, e entre estes alguns capazes de produzir novas formas de olhar e dizer sobre o mundo rural, através de uma mescla de crenças culturais, colectivas, pessoais e outras desenhadas pelos técnicos e animadores rurais que para além de possuírem o saber de controlar as máquinas, os “bichos” e as “instalações” são “portas” de acesso a recursos muito exigentes de moeda ou a procedimentos (burocracia) que exijam “complexos” preenchimentos de formulários.

A tese sobre a inaptidão do milho em Cabo Verde é conhecida e divulgada entre os técnicos e nas zonas rurais existe desde longa data experiências em parcelas destinadas aos técnicos do Ministério da Agricultura. Ao longo dos tempos os agricultores da zona de Mendes Faleiro Rendeiro, por exemplo, vêm contactando com as ideias e ensinamentos dos técnicos agrícolas e animadores rurais. Contudo os agricultores reaprendem, assimilando genuinamente os conhecimentos desses funcionários.

O feijão “congo”³⁷ é uma dessas espécies sempre verdes onde os animais poderão encontrar vitaminas e minerais essenciais ao crescimento, surgindo, deste modo, como “complemento nutricional das gramíneas”³⁸. Para além disso, o *cajanus cajan* ou feijão “congo” tem um papel importante na conservação de solos e pasto e não exige muito trabalho quanto à prática da cultura.³⁹ É evidente que os agricultores experimentam a capacidade do “congo” restaurar o solo e socorrem-se dele para os solos menos férteis que a sua natureza perene permite produzir nesse tipo de solos, extraíndo os nutrientes do subsolo e fixando o azoto atmosférico.⁴⁰ Sendo rico em minerais e vitaminas é ainda fonte de proteínas e por isso um suplemento oportuno para uma dieta alimentar, padrão nas zonas do arquipélago e deficiente em proteínas de origem animal.⁴¹ As raízes longas do “congo” que perfuram o subsolo originam micro canais que por sua vez levam a uma maior infiltração da água das chuvas e a sua maior disponibilidade para o cultivo.⁴² A estrutura dos solos é melhorada com o sistema radicular do “congo” e “das camadas mais profundas são trazidos minerais nutrientes para as camadas superficiais, assegu-

37 *Cajanus Cajan*; “O feijão Congo é uma planta pubescente de muitas ramificações, com uma altura média entre 100 e 165 cm ou mais. As flores são papilionáceas amarelas ou bicolores (amarela e vermelha) dependendo de cultivares (flavus ou Bicolor), podendo produzir vagens com 4-7 grãos” (in Cabo Verde, 2000.

38 Cabo Verde, 2000,10.

39 Cabo Verde, 2000, 11; Cf. Ainda Whiteman, 1980, 153-156.

40 Cabo Verde, 2000, 32.

41 “Estudos indicam que contém 10 vezes mais gordura, 5 vezes vitamina A e três vezes mais Vitamina C do que as ervilhas normais” (Cabo Verde, 2000: 33).

42 “Cada hectare de feijão congo pode trazer benefício em termos de fertilidade equivalente a 40 kg de nitratos. Nas raízes da planta alojam-se bactérias que podem absorver azoto atmosférico e convertê-lo em nitratos solúveis. A planta do feijão congo, através das suas raízes, dispõe ainda de um mecanismo singular de libertação de um agente químico (ácido iscídico) que consegue dissolver fosfato de ferro no solo... (Cabo Verde, 2000.)

rando a produção de grãos mesmo em anos de fraca pluviometria”.⁴³ Nas encostas de declive superior a 35%, o feijão “congo” diminui a pressão sobre o solo e impede o escoamento superficial assim como a perda anual da camada arável. As suas vagens servem para alimentação animal e os seus ramos podem disponibilizar substâncias quantidades de combustível lenhoso (20 ton/ha).

Não obstante estas grandes características de adaptabilidade do feijão “congo” em ecossistemas frágeis, a evolução do cultivo do “congo” no arquipélago cabo-verdiano não corresponde. As produções na ilha de Santiago são nulas e a sua aplicação na alimentação praticamente não se concretiza⁴⁴.

A percepção de que o agricultor é um observador ou “explorador”, alguém que produz os seus próprios conhecimentos⁴⁵, é verificável em várias zonas da ilha e em vários encontros com agricultores que exploram métodos de observação particulares e agem em conformidade com a crença de que o seu saber é validado pelos técnicos e animadores rurais. As experiências do projecto são aceites quando dão resultados verificáveis e os conhecimentos transmitidos pelos técnicos são recuperáveis para construções teóricas particulares desenhadas pelos agricultores.

A autonomia do camponês não está na rejeição de ouvir os ensinamentos e conselhos dos técnicos⁴⁶, mas na capacidade que tem de seleccionar o que melhor lhe convém⁴⁷. Na sua qualidade de ser autónomo ele assume os constrangimentos do seu entorno como a condição da sua própria autonomia que consiste na capacidade de seleccionar esses constrangimentos em função de “si” mesmo, ou seja, na condição de manter intacta a sua identidade na relação que mantém com o entorno ou ambiente. O camponês não só aceita esses constrangimentos como incessantemente os procura, integrando-os não em “bloco” ou “compactos” mas parcialmente, aceitando uns e rejeitando outros. De certo modo, ele peneira em função de si.

43 Cabo Verde, 2000.

44 Cf. Cabo Verde, *Boletim Anual de Informação sobre a Segurança Alimentar*, CNASA, 1999 e 2000.

45 Os agricultores possuem os seus próprios métodos de previsão empírica. Na Bacia Hidrográfica de Água do Gato os agricultores definiam o conceito de ano “bom” ou “mau” consoante a produção agrícola em termos de pasto, milho e feijões, condicionada mais pela distribuição das chuvas (em termos de intervalo de tempo e espaço) do que pela sua quantidade. Na povoação de Água de Gato existe um ancião que a população referia como um entendedor da previsão do tempo e que havia previsto um fraco ano agrícola para 1994. Quando lhe perguntámos as previsões para o ano de 1996 o ancião na sua longa experiência e popular sabedoria responde sem hesitar: “Nunca se sabe”. A imprevisibilidade e situação perante o risco determina a atitude do agricultor no cultivo e na opção do tipo de relação de trabalho ou de produção a enveredar. Na Ribeira Sêca, T. Finan havia observado, relativamente à opção pela parceria, o seguinte: “Selon ces suppositions, les arrangements de métayage sont plus onéreux pour le cultivateur, mais le facteur “risque” n’a pas été inclus. Par exemple, les paiements de location deviennent égaux quand les niveaux de la production estimée n’atteignent pas 40-100 litres par hectare...” (FINAN, 1974: 14).

46 “O Eng. Y... não só para mim mas para todas estas pessoas da zona, ... é um homem de “culturas”, é um técnico de cultura [cultivo]. Porque ele chega, senta-se e fala com a gente e mostra maneiras de fazer, como se faz a cebola, como se faz o alho... alfaces, batatas e ‘medicamentos’ [pesticidas] das plantas. Nós metíamos plantas no campo e ficavam lá. Víamos as plantas às vezes que ficavam “tristes” mas não sabíamos nada daquilo. Víamos estragar mas não sabíamos nada daquilo. Então fomos ter com o Eng. Y... e ele disse a nós que há ‘pragas’ e nós não sabíamos o que eram ‘pragas’, por exemplo, que furam batatas, que há umas ‘pragas’ que comem repollo, que furam tomate, tudo aquilo e nós não sabíamos disso” [horticultor de Pico Leão, ilha de Santiago] (ver COUTO, 2007:132).

47 Um caso particular em que a inovação se molda à autonomia do camponês é nos dado pelo estudo de Marina Temudo que refere a introdução da *Leucaena leucocephala* (linacho) na Ribeira do Godim. A adesão ao “linacho” exprime a importância do alimento dos animais e a diversidade e plasticidade da planta de modo a permitir jogar em todas as frentes: “Trata-se da espécie mais valorizada nas aldeias onde foi introduzida, por ser considerada a que melhor controla a erosão (*susti terreno*) e incrementa a fertilidade do solo (*engorda terreno*), apresentando ainda as vantagens de fornecer alimentação para o gado ao longo do ano, dar boa lenha (bom poder de conservação, combustão lenta e pouco fumo) e bons cabos de enxada e não competir com as culturas em relação à água do solo. A sua multifuncionalidade é a característica que mais valorizam” (Temudo, 2003: 82).

4. A mulher e o trabalho

O sentido prático do saber também toma a dimensão do género organizando a divisão sexual do trabalho agrícola e não agrícola. Nas sementeiras e mondas, os trabalhos agrícolas seguem formas de cooperação alargada de modo a abreviar o tempo despendido nessas tarefas pelas redes de entreaajuda, o *djunta-mô*. Este organiza-se segundo as diferenças de idade e do sexo, de modo a oferecer às unidades de produção homens e mulheres que executam diferentes trabalhos sendo neste âmbito muito rigorosa a divisão sexual do trabalho. Para M. Depraetere⁴⁸, e no contexto do estudo de caso na região do Serelho (Santiago), o *djunta-mô*⁴⁹ sugere uma integração social através da qual a divisão sexual fornece uma “imagem dos produtos cultivados”.

Para Depraetere, a análise do processo do trabalho identifica um “significado na oposição homem/mulher” que denuncia o simbolismo relativo à associação milho/feijão. Na divisão sexual do trabalho das sementeiras, os homens abrem covas (*covacho*) com uma enxada de bico e as mulheres lançam nas covas grãos de milho e diversos feijões. A analogia das complementaridades existentes na relação milho/feijão e na relação homem/mulher é na metáfora indicada por vários elementos de ordem simbólica⁵⁰.



12

Contudo existem outros elementos de natureza não estritamente simbólica que configuram a divisão sexual do trabalho agrícola e que permitem explicar o sentido do discurso dos homens mais velhos relativamente ao papel da mulher no trabalho. Na povoação de Santana encontro dois velhos horticultores de rego:

48 DEPRAETERE, s.d., (policopiado).

49 Cf. SEGURADO, 1983: 60-67.

50 v. DEPRAETERE, s.d.

- Açam que o trabalho da mulher no campo é igual ao trabalho do homem?
- [Primeiro horticultor]: «Não mulher é mais baixo. Mulher é duzentos e tal escudos.»
- [Segundo horticultor]: «Duzentos e setenta e cinco.»
- Mulher não sabe fazer horta? Porque não contratam mulher para fazer horta?
- [Primeiro horticultor]: «As mulheres daqui é para carregar estrume ou outra coisa qualquer.»
- [Segundo horticultor]: «Apanha brita.» [areia]
- Mulher não faz horta?
- [Primeiro horticultor]: «Não. Mulher não.»

Nesta zona ainda não entrou a micro irrigação e o “trapiche” continua a dominar a produção do “rego”, à base de cana. Mas num outro contexto como o da povoação de Tinca, onde a micro irrigação destronou o reinado da cana em favor das produções hortícolas, a divisão sexual do trabalho reproduz a mesma matriz. Encontro um velho horticultor com duas de suas noras:

- Mulher também pode fazer horta?
- [Primeira Nora]: «Eu acho que mulher pode fazer horta sim . . . Se for no caso daquele “rego” que é de gota-a-gota, a mulher planta, a mulher “monda”.
- E pode fazer a horta sozinha?
- [Primeira Nora]: «Sozinha não pode fazer.»
- [Segunda Nora]: «Acho que mulher pode fazer sim. O trabalho mais duro é no chão mas de resto o sistema de “gota-a-gota” vai indo. Só é remédio que também é um bocadinho cansado mas com esforço, mulher que tem jeito vai fazendo.» [Refere-se ao peso do aspersor de insecticida]
- [Horticultor]: «Essa coisa [pesticidas] é muito perigoso . . . Se não tem a bota nem a farda a gente não pode dar o medicamento às plantas, portanto uma mulher a tantas horas não pode . . .»
- Uma mulher não pode fazer uma horta tão bem como um homem?
- [Horticultor]: «Não. Mulher não pode fazer horta tão bem feita como um homem. Não tem competência.»
- Não tem competência em quê?
- Horticultor]: «De nenhuma maneira. A horta às vezes compete [é da competência] da enxada. A enxada . . . Mulher não pode com a enxada para cultivar a terra. Depois, a gente paga ao tractor para “minar” [lavar] o chão. Depois de tractor “minar” mesmo assim é preciso enxada para planar o chão e isso não é trabalho de mulher, não.»
- [As duas mulheres discordam do sogro.]
- [Segunda Nora]: «Acho que não porque conheço mulher que está a trabalhar horta a qualquer hora.»
- [Primeira Nora]: «Eu tenho uma prima que trabalha horta e dá remédio.»
- [Horticultor]: «A mulher trabalha na horta mas como o homem não. A mulher trabalha na horta mas se não fosse o marido . . . O marido dá ajuda.»
- Mulher não sabe especialidade de agricultura?
- [Horticultor]: «Não, mulher não sabe tanto de agricultura como um homem. Não tem força.»
- E se for criação de gado, ela sabe?
- [Horticultor]: «Ah! De criação de gado? Ah! Aquilo agora é uma coisa que mulher pode tomar responsabilidade diante do próprio marido . . . Quando eu era casado [separou-se da mulher] a minha mulher tomava responsabilidade dos animais, tudo. Eu saía para o monte onde fazia agricultura, lá em Chaminé, Vilela, mas ficava cá a minha mulher que tomava a responsabilidade dos animais e a fazer como eu.»

Assim, à mulher é vedada o título de horticultora⁵¹, na sua plenitude, dada a sua “incapacidade” física para o “sacho” e a sua “fragilidade” relativamente ao poder tóxico dos “medicamentos” para as plantas. Mas isto não invalida a acção da mulher no empreendimento agrícola. Pelo contrário⁵², na ilha de Santiago, cabe à mulher a gestão do dinheiro do agregado familiar.

Cabe às mulheres a capacidade de escoamento do produto e, mais uma vez, a capacidade de manusear o dinheiro. A sua capacidade de integrar relações de solidariedade e de confiança intra-género e a tarefa de gerir a produção alimentar do agregado, através da compra de géneros, configurou a mulher e o seu género como o mais apto para a gestão de vendas da produção agrícola familiar. Através da sua rede de sociabilidade e contactos diários, as mulheres gerem entre si as informações do mercado de modo a saberem a cada momento o preço dos produtos, informação vital para negociar os preços com as *rabidanti* da Praia.

Esta dicotomia ultrapassa o contexto santiaguense e surge como padrão na cultura e organização social da sociedade/comunidade cabo-verdiana. Para um homem vender porta a porta os produtos da horta como as *rabidanti* o fazem pode ser motivo de troça ou crítica, mas se o fizer transportando os produtos num veículo motorizado já não se põe o mesmo problema porque o condutor de veículos automóveis é quase sempre o homem (ex: *hiacas* ou *dynas*). Se o horticultor for para além disso funcionário é com emprego “certo”, os vizinhos poderão criticá-lo pela ganância, isto é, a sua mulher poderia vender mas não ele porque já tem salário. Contudo muitos jovens horticultores ultrapassam facilmente esse preconceito pela simples razão de que os seus lucros aumentariam com a margem que têm de pagar às *rabidanti*⁵³. Estes casos são mais frequentes quando o horticultor do sexo masculino sabe e controla os preços diários dos produtos no mercado da Praia.

Na ilha do Sal, a actividade de *rabidanti* é muito mais intensa pois é lá que se localiza o aeroporto principal e a maior cadeia de hotéis dadas as características balneares da ilha. Por isso os homens nessa ilha foram mais impelidos para essa actividade da venda dos produtos, mas, tradicionalmente, no mundo rural cabo-verdiano, “os homens vão para outro trabalho”. Na ilha de Santiago e no mercado da Praia os homens vendem geralmente a carne, maioritariamente vendida por eles. O peixe e as hortícolas são maioritariamente vendidos por mulheres. O padrão estabelecido é que as mulheres vendem o que os homens produzem e a ideia entre os agricultores é que os homens não podem vender porque estão no campo a cultivar. Mas, definitivamente, o homem agricultor não tem conhecimento do mecanismo do mercado e esse sempre foi do domínio das mulheres, um mundo que estabelece regras próprias de solidariedade, competitividade e de capital de confiança para organizar o escoamento dos produtos hortícolas. Invariavelmente, a resposta à pergunta quem é que sabe mais sobre os preços dos produtos, você ou sua mulher? é “- Minha mulher.”. Mas a mulher não pode só saber os preços e o modo de,

51 “Tomando o continente africano como um todo, na agricultura a percentagem de trabalhadores do género feminino é maior que a do género masculino. Contudo, verifica-se que as mulheres ainda têm acesso muito limitado à terra, ao crédito financeiro, à formação profissional e às tecnologias modernas, que são factores importantes para o aumento da produtividade e dos rendimentos.” (AMARAL, 2003: 161).

52 Ver AMARAL, 2003: 161).

53 Quando a produção agrícola cria excedentes substanciais susceptíveis de serem vendidos no mercado, os agricultores (geralmente agricultores-proprietários ou agricultores-funcionários horticultores) definem estratégias de “investimento relacional” nas redes de sociabilidade próximas dos grupos das *rabidanti*, de forma a constituir canais informais de escoamento dos seus produtos. A inserção nestas redes de sociabilidade (espaços de reciprocidade, de trocas e dádivas) depende em boa medida do “capital social” do agricultor, condição do sucesso social e económico deste último (Cf. FALL, 1994: 293-303).

diariamente, actualizá-los, mas, também, o que se vende melhor e consequentemente o que se deve produzir. Assim um horticultor do interior da ilha e com dificuldades de acesso diário à Praia, como é o caso da zona de Pico Leão, tem toda a vantagem de organizar uma parceria com mulheres *rabidanti* que, em muitos casos, são familiares, dada a exigência de um elevado capital de confiança entre produtor e vendedor.

Segundo os dados do Recenseamento Agrícola de 1988⁵⁴ das explorações agrícolas que possuíam apenas terras de sequeiro, 41% pertenciam a mulheres. Era na Ilha de Santiago onde essas proporções eram mais elevadas, isto é, 48% das explorações agrícolas só com sequeiro pertenciam a chefes de exploração mulheres e estes valores subiam para 52% e 53% nos concelhos de Tarrafal e S. Catarina respectivamente. Contudo no mesmo ano só 23% das explorações agrícolas que apenas tinham terras de regadio pertenciam a mulheres, a nível nacional, mas na ilha de Santiago esse valor subia para os 37% e no concelho da Praia registava-se 38%⁵⁵. As mulheres tinham não só muito menos terras de regadio como eram elas as que possuíam as explorações com menos de dois litros de regadio (0,2 ha).⁵⁶

O Recenseamento Geral da Agricultura de 2004 dá-nos a evolução da importância da mulher nas actividades agrícolas que vem crescendo substancialmente, atingindo proporções maioritárias de chefes de exploração agrícola nos concelhos interiores da ilha de Santiago como Santa Catarina e Tarrafal (aproximadamente 60 % de chefes de exploração agrícola mulheres). A ilha de Santiago apresenta uma média de 57% de chefes de exploração agrícola mulheres, mas o fenómeno está condicionado por distintos factores, sendo a interioridade geográfica, que se associa a um forte desemprego e à mobilidade subjacente, um dos factores mais pertinentes.

Quadro 6: Chefes de exploração agrícola por sexo, 1963-2004 em Santiago

Ilha / Concelho	1963		1978		1988		2004	
	M	F	M	F	M	F	M	F
SANTIAGO	76%	24%	64%	36%	58%	42%	43,3%	57,0%
Tarrafal	-	-	54	46	52	48	39,2	60,8
Santa Catarina	-	-	62	38	53	47	39,2	60,8
Santa Cruz	-	-	71	29	66	34	47,8	52,2
Praia	-	-	72	28	70	30	47,8	52,2
São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Esta evolução que acompanha os fenómenos da emigração e da matrilocalidade sugere um mundo rural no feminino onde os gestores de recursos mínimos ainda têm dificul-

⁵⁴ Ver Cabo Verde, 1996.

⁵⁵ Cabo Verde, 1996: 52 e 53.

⁵⁶ Cabo Verde, 1996: 130.

dades extremas de acesso ao crédito e aos recursos e factores de produção, exigentes de recursos monetários que a grande maioria das mulheres rurais cabo-verdianas não possuem.

5.5. Conclusão

Ao longo deste artigo pretendi demonstrar as representações e crenças que os camponeses constroem sobre os recursos que necessitam para definir as suas estratégias de subsistências. Em certo sentido procurei tecer o fio mais longo da lógica dessas subsistências e, ao mesmo tempo, configurar os termos da imprevisibilidade ou incerteza que os rurais santiaguenses experimentam na definição das suas estratégias ao longo do ciclo produtivo. Os contornos dessa incerteza condicionam por sua vez a adaptabilidade do camponês perante os constrangimentos ambientais e, por outro lado, os limites para a acção e o empreendedorismo enquanto cultivadores. A capacidade/incapacidade da inovação depende da acessibilidade aos recursos mínimos das subsistências e estes nem sempre estão presentes ao longo do ciclo produtivo.

Uma das constatações que podemos retirar dos dados empíricos, consiste no facto de que a estruturação social camponesa vem sendo constrangida por factores externos à sociedade rural e que levam à cada vez maior incapacidade dos camponeses poderem recorrer a mecanismos de entreatajuda, produtores de reciprocidade e capital social, como são o *djunta-mô* e a *djuda*. Os alimentos (das pessoas e dos animais) continuam a constituir o fio condutor de toda a lógica de subsistência num processo de co-evolução entre o recuo da entreatajuda e o avanço da monetarização das comunidades rurais

O *djunta-mô* regride paralelamente à necessidade de obter alimentos na loja a troco de dinheiro muitas das vezes fiado pela inscrição na frente de trabalho. A monetarização pelo salário da frente de trabalho, financiada pela ajuda alimentar, acompanha o recuo do *djunta-mô* e a mudança do regime alimentar. A estratégia de assegurar os alimentos dos homens e dos animais é crucial e é neste sentido que surge o valor da palha e a importância do sequeiro que produz essa palha na reprodução das subsistências económicas camponesas.

Qualquer introdução de um produto inovador no sistema de sequeiro estará condicionado pela sua característica de produzir alimento para os animais. No “rego” onde o cultivo é feito por alagamento (81,6% do tipo de rega usada em Santiago), a cana-de-açúcar, associada ao “trapiche”, constitui o elemento de redundância que garante o investimento em moeda na compra dos animais e a realização de um produto altamente capitalizável que é a aguardente. Animais e aguardente constituem a associação que minimiza o risco e a incerteza subjacente ao contexto *far from equilibrium* e de gestão de recursos mínimos do mundo rural santiaguense.

O produtor de cana, geralmente mais velho, resiste à introdução do sistema inovador do “gota-a-gota” que exige grande dispêndio de moeda e por isso um aumento substancial da incerteza nas estratégias de subsistências. Os mais velhos reproduzem um saber prático assente numa ética do princípio da responsabilidade e da prudência, da fuga ao crédito, e é nesse saber que assenta toda a sua dominação e autoridade. A legitimação desse saber e desse poder recorre do argumento da prudência e do conhecimento e interpretação dos elementos da natureza e sua conexão com o incerto.

A inovação ou a sua impossibilidade atravessa ainda o sentido prático do saber e este denuncia a dimensão do género e a divisão sexual do trabalho. Às mulheres é vedada, pelos mais velhos, a competência na execução da horta dada a fragilidade da sua condição física e da sua função reprodutora. Contudo é à mulher que cabe a gestão da moeda essencialmente dirigida para alimentação e, nesta qualidade, a sua especialização como *rabidanti*, ou seja, conhecedora dos indivíduos, dos preços e dos lugares através dos quais se transacciona os produtos ao preço do mercado.

A introdução de novas culturas e técnicas no sistema produtivo camponês depende não só dos constrangimentos ambientais (precipitação, relevo e solos) mas ainda do modo como os agricultores combinam crenças pessoais como os ensinamentos dos técnicos numa base de produção autónoma de conhecimento. A inglória introdução do feijão “congo” nos sistemas de cultivo devido às adversidades do ambiente natural é compensada com uma apreciação positiva da espécie por parte dos camponeses que sobrevalorizam sempre a “plasticidade” económica da espécie (produzir alimentos, lenha, conservação do solo e não competir com outras espécies) em torno da capacidade de produzir alimento para os animais. Enquanto produtor de saber autónomo o agricultor assume os constrangimentos do ambiente de forma objectiva, mas produz uma leitura subjectiva, em função de si, na compreensão do ambiente como um todo pela simples razão que integra selectivamente os elementos desse conhecimento.

O processo de inovação encontra ainda outros factores de suma importância como a acessibilidade aos factores de produção no que concerne aos intervalos de rega, às peças das máquinas e dos dispositivos, aos “medicamentos” e ao crédito. A implantação do sistema “gota-a-gota” e da produção de hortícolas junto dos agricultores mais novos relaciona-se com o facto de estes aderirem mais facilmente às propostas dos extensionistas e técnicos agrícolas e, conseqüentemente, diluírem mais as crenças dos mais velhos que são ao mesmo tempo argumentos de conservação do poder/saber instituído no sistema tradicional de alagamento associado ao complexo do “trapiche”. A adesão dos cultivadores mais novos ao sistema do “gota-a-gota” confere-lhes novas competências e saberes que questionam as competências dos mais velhos, e é pela demonstração das experiências piloto dos extensionistas e técnicos que lentamente se dilui a aversão dos mais velhos ao investimento financeiro na exploração agrícola.

Esta atitude não só é sustentada pelas crenças subjacentes às operações agrícolas tradicionais mas tem por fundamento uma ética da responsabilidade e um princípio da precaução na gestão dos recursos sempre escassos do agregado familiar. Assim, para os mais velhos, as exigências de somas relativamente grandes de moeda do empreendimento da micro irrigação é “castigo” e a atitude de pedir crédito pelos mais novos para iniciar o “gota-a-gota” é um acto de irresponsabilidade dado o grau de incerteza inerente ao empreendimento que coloca em risco a posse dos recursos mínimos de subsistência.

Bibliografia

- ABREU, A. Trigo, Família e Trabalho numa comunidade camponesa de Cabo Verde, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, Janeiro-Dezembro, 1985, pp. 85-106).
- AMARAL, Ilídio, “Presença da mulher africana ao sul do Sarana cultura e enclividade: questões do género.”, *Africana Studia*, FLUP, n.º 6, 2003, p. 161).
- CABO VERDE, *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1991-1995*, vol. I, Praia, 1992
- CABO VERDE, *Investigação com as Culturas Alimentares e Forrageiras de Sequeiro – contrato ACDI / DGASP / INIDA 1997-1999 (Relatório Final)*, INIDA, 2000.
- CABO VERDE, *A mulher Cabo Verdiana na Agricultura*, Instituto da Condição Feminina, Praia, 1996
- CÓRTEZ, Jerónimo, *Lunário Perpétuo*, s.d
- CORREIA, Ezequiel, Contribuições para o conhecimento do clima de Cabo Verde, *Garcia de Horta*, Ser. Geográfica, 15 (2), Lisboa, 1996.
- COUTO, Carlos Ferreira, *Estratégias familiares de subsistências rurais em Santiago de Cabo Verde*, Instituto de Cooperação Portuguesa, Col.Teses, 2001
- COUTO, Carlos Ferreira, *Contribuição para o estudo da autonomia das subsistências rurais; incerteza, adaptabilidade e inovação na Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Tese de Doutoramento, ISCTE, Julho de 2007 (mimeo), pp.173-177
- DEPRAETERE, Marguerite, *Milho/feijão : significação, simbolismo e sociedade*, s.d., (policopiado).
- FALL, A. Salam, “Et si l’insertion urbaine passait para l’investissement dans des réseaux sociaux?”, in *Les associations paysannes en Afrique* (Dir. J.-P. Jacob et Ph. Lavigne Delville) Karthala, 1994, pp. 293-303).
- FAO, *Cap Vert. Étude de l’impact technique et économique du project sur Santiago*, Rapport de Mission de M.C. Lekiefs, Project GCP/CVI/036/NET.
- FAO, *Cap Vert. Développent du secteur horticole, phase II- Propositions de conclusions et recommandations du projet.*, Project GCP/CVI/036/NET, Praia 2000
- FAO, *République du Cap Vert. Projet de développement du secteur horticole, phase III –Rapport de la mission de Evaluation Indépendante*, Projet GCP/CVI/036/ NET, Praia, 10 Février, 2000).
- FINAN, T., BELKNAP, J., *Characteristics of Santiago Agriculture*, FCRP, 1984
- FURTADO, Cláudio, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em Mudança - Santiago*, Cabo Verde, ICL, 1993
- LOPES, Baltasar, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, INCM, 1984
- MAYOUKOU, Célestin, *Le Système des tontines en afrique*, L’Harmattan, Paris, 1994
- MORAN, Emilio, The Evolution of Cape Verde’s Agriculture, *African Economic History*, n.º 11, 1982.
- PEREIRA, Daniel, *A situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, ICL, S. Vicente, 1984.
- SEGURADO, Joaquim Bivar, *Relatório Interino sobre o trabalho antropológico realizado no quadro do projecto “Estratificação social e necessidades básicas num ecossistema frágil”, na região do Serelho, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde, Novembro de*

- 1982 e Agosto de 1983, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Outubro de 1983, Oeiras
- SILVA, Carlos E. P., A problemática da cultura do milho em Cabo Verde, *Comunicações*, IICT, Sér. Ciências Agrárias, nº 8, 1992
- TEMUDO, Marina, *A terra está a emagrecer. Percepções sobre a erosão dos solos dos agricultores de Santiago (Cabo verde)*, IICT, Lisboa, Janeiro de 2003, pp. 49-52 (policopiado)
- WHITEMAN, P. C., “Tropical pasture science”, *Journal of Range Management*, 43, 1980, pp. 153-156.